

## 13º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2022

### A QUESTÃO DO VOTO FEMININO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1920-1932)

STEFANNY DINIZ BELLOTI<sup>1</sup>, FLÁVIA PRETO DE GODOY OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Estudante do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, Bolsista Wash (CNPq), IFSP, Câmpus Jacareí, stefanny22.belloti@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História Social, professora do IFSP, Câmpus Jacareí, flavia.godoy@ifsp.edu.br

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.05.05.03-9 História do Brasil República

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica cuja temática é a análise das discussões e do papel da mídia acerca do voto feminino na década de 1920. Por meio do exame dos artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, pretende-se identificar as principais ideias e notícias vinculadas a respeito do sufrágio feminino e, por consequência, as representações construídas do movimento feminista no Brasil do início do século XX. O recorte temporal pretende abarcar desde a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) até a publicação do Código Eleitoral de 1932, no qual, o voto das mulheres passa a ser garantido.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Mulheres; Sufragismo; Imprensa; Brasil Republicano.

### THE FEMALE VOTE IN *O ESTADO DE SÃO PAULO* (1920-1932)

**ABSTRACT:** The present work aims to present the partial results of a research whose theme is the media's discussions about the female vote in the 1920s. Through the exam of articles published in the newspaper *O Estado de São Paulo*, it is intended to identify the main ideas and news related to women's suffrage and, consequently, the representations constructed of the feminist movement in Brazil at the beginning of the 20th century. The research comprises the period between the creation of the Brazilian Federation for Feminine Progress (FBPF), in 1922, and the promulgation of Electoral Code (1932), in which the vote of women is guaranteed.

**KEYWORDS:** Women's History; Suffragism; Press; Brazil Republic

### INTRODUÇÃO

Em 2022, uma das peças centrais no desenrolar das eleições, que ocorreu no mês de outubro, foi o voto feminino. Candidatos de diferentes tendências políticas foram compelidos a construir seus discursos e suas estratégias na busca do convencimento da metade feminina do eleitorado. No entanto, a participação das mulheres na política ainda é pequena, sendo apenas cerca de um terço dos candidatos aos cargos disputados no atual pleito (AGENCIA SENADO, 2022).

Coincidentemente, é neste ano que se comemora os 100 anos de fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização fundamental na luta pelo sufrágio feminino alcançado em 1932. Embora, ao longo do século XIX, diferentes vozes tenham se manifestado em prol da participação das mulheres por meio do voto, foi na década de 1920, em articulação com outros

movimentos que ocorriam no Ocidente, que grupos de sufragistas brasileiras se organizaram de forma mais contundente, tornando-se, assim, parte das notícias e das pautas dos periódicos e jornais que circulavam naquele momento. A imprensa teve um papel fundamental nos debates acerca do voto feminino seja por ratificar estereótipos de incapacidade da mulher para a política, expor opiniões favoráveis ou mesmo divulgar ações do movimento feminista.

Tendo em vista a importância do voto feminino na contemporaneidade e a permanência da baixa representatividade das mulheres na política, nossa pesquisa, ainda em fase inicial, procura identificar os principais argumentos e as representações envolvidas nos debates relativos ao sufrágio feminino que circulavam em parte da imprensa brasileira. Especificamente para esse trabalho, pretendemos traçar um panorama sobre a imagem e as notícias que circulavam no jornal *O Estado de São Paulo* nos anos 1920 a 1932.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar a pesquisa, que se encontra em fase inicial, utilizamos o acervo disponível de forma online do jornal *O Estado de São Paulo* (<https://acervo.estadao.com.br/>). O periódico foi fundado em 1875, durante o período imperial, e tinha como nome *A Província de São Paulo*. Com a Proclamação da República houve uma atualização do nome, incorporando a nova designação da unidade da federação. O novo regime também trouxe novas articulações políticas entre o jornal e as elites locais e nacionais, sendo em alguns momentos partidário dos grupos no poder e, em outros, oposição (CPDOC, 2022). No entanto, manteve-se atrelado à ideologia liberal e conservadora do regime político vigente. Portanto, a análise de *O Estado de São Paulo* permite reconstruir representações forjadas e compartilhadas por um determinado grupo social e político (elites e camadas médias que eram leitoras do jornal) interessados na manutenção dos elementos estruturais do Brasil.

Por meio da base de dados disponibilizada pelo jornal, é possível consultar as edições anteriores e fazer pesquisas com palavras ou expressões específicas. Inicialmente, foram feitas prospecções com as seguintes expressões: “voto feminino” e “sufrágio feminino”. A escolha por tais termos foi realizada em razão de seus vínculos com os principais objetivos da pesquisa, bem como por serem utilizados nos debates e reivindicações do período. Com relação ao recorte temporal, optamos pelo período entre 1920 e 1932, pois a década de 1920 marca os debates mais efervescentes acerca do direito ao voto das mulheres (RABELO, 2022, p. 104), bem como também é o período de criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, da conquista do voto pelas mulheres no Rio Grande do Norte, culminando com a aprovação do código eleitoral de 1932, que estendia o direito de participação política à todas as mulheres alfabetizadas com mais de 21 anos.

A prospecção inicial das edições do jornal *O Estado de São Paulo* revelam:

EXPRESSÃO PESQUISADA	TOTAL DE EDIÇÕES ENCONTRADAS
VOTO FEMININO	33
SUFRÁGIO FEMININO	11

**TABELA 1:** Dados obtidos por meio da prospecção no acervo do jornal *O Estado de São Paulo*

Outros termos, como “voto das mulheres”, também foram pesquisados por meio da ferramenta de busca do acervo do jornal. Entretanto, por evidenciar a presença dos dois termos na mesma página (e não necessariamente na mesma notícia), em geral, apresentam artigos que não se relacionam diretamente à pesquisa. É preciso um refinamento cuidadoso, uma vez que apresentam centenas de resultados. Contudo, acreditamos que os dois termos acima evidenciados permitem uma amostragem significativa da fonte investigada, uma vez que se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo. Dessa forma, a metodologia empregada combinou uma prospecção inicial de cunho quantitativo (o mapeamento de alguns artigos com a temática do direito ao voto pelas mulheres) e uma análise qualitativa das fontes que busca evidenciar as estratégias discursivas empregadas na construção de representações do movimento sufragista, das mulheres e do direito ao voto, dialogando com os referenciais teóricos e metodológicos da área de História Cultural.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa ainda se encontra em estágio inicial e envolve outros periódicos, como as revistas *O Malho* e *Revista Feminina*. Portanto, os resultados aqui apresentados são preliminares e parciais.

A mídia impressa teve um papel importante na construção de um retrato do movimento sufragista no país. Era bastante comum a reprodução de estereótipos e imagens negativas relativas à capacidade da mulher para se tornar votante: argumentos associados a uma inaptidão biológica e psicológica da mulher, ou ainda a oposição em relação ao sexo masculino, associado ao pensamento racional e ao cérebro, cabendo a mulher a predisposição natural ao sentimento, aos aspectos relativos ao coração. Também eram frequentes as ameaças divulgadas pela mídia de que o direito ao voto das mulheres levaria à corrupção dos costumes. Nesse sentido, imagens, como a figura 1, nas quais o sufrágio feminino seria o começo para a subversão da ordem foram difundidas por meio de recursos iconográficos e textuais. Conforme pontua Mônica Karawejczyk (2014, p. 74), na década de 1910, os movimentos sufragistas no exterior foram cobertos pela mídia como forma de evidenciar exemplos que não deveriam ser seguidos, sendo que o impacto negativo de tais representações não pode ser descartado na construção de um discurso sobre o papel das mulheres na vida pública. Tanto é que, na década seguinte, a atuação das sufragistas brasileiras na mídia foi uma das estratégias empregadas. De acordo com June Hahner (1981, p. 112), líderes do movimento como Bertha Lutz utilizaram de entrevistas, da publicidade de suas ações e de *press release* (comunicado à imprensa) como táticas para influenciar autoridades políticas e a opinião pública culta.



**FIGURA 1:** Charge de 1917 publicada na revista *O Malho* em que os papéis sociais seriam invertidos futuramente após a aprovação do direito ao voto para as mulheres. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O jornal *O Estado de São Paulo* não estava fora desse espaço de disputa e de atuação. Exemplo disso é a publicação realizada no dia 16 de maio de 1921, na qual é transcrito o telegrama de Bertha Lutz ao senador Lopes Gonçalves com agradecimentos a respeito de seu parecer da Comissão de Legislação e Justiça do Senado. Esse artigo encaixava-se exatamente naquilo que Hahner classificou como *press release*.

Ao longo da década de 1920, os artigos relativos ao voto feminino em *O Estado de São Paulo* podem ser classificados em quatro categorias:

1. Notícias a respeito das ações sufragistas ou de eleições com o voto feminino em outras partes do mundo, sobretudo na Europa.

2. Boletins relatando discursos no Legislativo em que a pauta do sufrágio feminino estivesse em discussão, bem como o posicionamento dos deputados e senadores;
3. Notícias a respeito do movimento sufragista no Brasil e das conquistas obtidas em diferentes estados, com destaque para a permissão de voto das mulheres no Rio Grande do Norte em 1927.
4. Artigos de opinião (de indivíduos ou editoriais do jornal) e cartas de leitores, nos quais são expostos argumentos favoráveis e contrários ao voto das mulheres no Brasil.

Na primeira categoria encontram-se notícias bastante variadas, desde de menções ao apoio ao voto feminino pelo primeiro ministro inglês Lloyd George (edição de 21/04/1927) até mesmo a reprodução do parecer do governo turco que considerava as mulheres daquela nação sem a capacidade para exercer a política por meio do voto.

Na segunda categoria, o jornal *O Estado de São Paulo* também apresentava certa ambiguidade, uma vez que discursos contrários e favoráveis ao sufrágio feminino foram apresentados. No dia 05 de novembro de 1927, apresentava parte do discurso proferido pelo deputado Augusto de Lima de apoio à causa feminina. Cerca de um mês depois, em 27 de dezembro, o mesmo periódico publica o parecer de diferentes senadores sobre a possível rejeição da proposta de voto feminino. De certa maneira, a presença de posturas diversas dos legisladores em notícias publicadas no *O Estado* revelam que esse não era um tema unânime dentro da sociedade brasileira letrada e como a conquista do voto feminino longe de ser uma concessão, foi importante disputa no terreno político.

Já mencionada antes, além da estratégia de *press release*, encontram-se na terceira categoria notícias como o encontro de Vargas com integrantes da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, em 17 de julho de 1931 ou ainda sobre o primeiro voto feminino no estado de Minas Gerais na edição de 09 de maio de 1929. A presença de tais notícias se fazia possível graças as articulações das sufragistas, muitas delas de famílias abastadas, que se utilizavam de tais canais para difundir ideias e influenciar os leitores.

Embora nas categorias anteriores, o jornal *O Estado de São Paulo* aparente uma postura imparcial, quando analisamos alguns artigos de opinião, sobretudo alguns editoriais, a neutralidade tendia a perder espaço para um posicionamento que buscava a manutenção da ordem. É o caso do editorial exposto na seção “Notas e Informações” do dia 16 de novembro de 1927. Escrito de modo a evidenciar os embaraços legais em relação ao voto feminino, contrapondo a ideia de que não havia, na Constituição de 1891 proibição para o voto feminino, o editor defende que naquele momento o voto não deveria ser ampliado e sugere que o voto feminino poderia desagregar os elementos morais da família brasileira.

Os vocábulos empregados também revelam essa tendência conservadora do periódico. Ao reproduzir a opinião da imprensa paraibana sobre a extensão do voto às mulheres no Rio Grande do Norte, o jornal transcreve a ideia de que o voto feminino é um “presente de grego”. Ademais, outras estratégias textuais revelam seu posicionamento. Em 14 de fevereiro de 1929, ao noticiar sobre o indeferimento do pedido de alistamento como eleitora da advogada Adelsira Bittencourt, o *Estado de São Paulo* menciona que a requerente havia apresentado razões e exemplos que justificavam o seu pedido. Tais razões e exemplos não foram transcritos. No entanto, a decisão contrária do juiz foi reproduzida pelo jornal. O parecer do juiz reforça a representação da mulher como aquela destinada a cuidar dos filhos e do marido e zelar pela casa, ou seja, atuando na esfera do privado, não cabendo sua atuação na vida pública.

Entretanto, como explicar o posicionamento ambíguo em alguns artigos do jornal *O Estado de São Paulo* na década de 1920?

A hipótese que construímos relaciona-se ao alcance e ao estrato social das mulheres envolvidas com o movimento sufragista no Brasil na década de 1920. Conforme revela a historiografia (HAHNER, 1981 e KARAWCZYK, 2013), as reivindicações em torno do voto feminino no início do século XX arregimentavam mulheres que faziam parte da elite econômica e/ou intelectual do país. A icônica Bertha Lutz exemplifica bem essa situação. Dessa maneira, *O Estado de São Paulo* teve que contemporizar seu posicionamento de modo a contemplar também parte significativa de seus leitores e, principalmente, leitoras que se tornavam favoráveis ao voto das mulheres. Contudo, o periódico não se despiu completamente de seu viés conservador. As representações construídas reforçavam os papéis tradicionais da mulher na sociedade, bem como enfatizavam os problemas advindos da instauração do sufrágio feminino.

## CONCLUSÕES

Conforme pontuamos anteriormente, os resultados apresentados são parciais e preliminares. Nas próximas etapas da pesquisa pretendemos estabelecer comparações de modo a identificar com mais precisão como a mídia impactou nas continuidades e rupturas das representações do papel da mulher na política. Antes de finalizar, é importante salientar que, embora central, a luta pelo voto não foi a primeira nem a única pauta política em que mulheres brasileiras se envolveram. Desde o século XIX, com o surgimento do Estado-Nação Brasil, mulheres foram agentes políticos e históricos fundamentais nas transformações vivenciadas no solo brasileiro. O voto foi uma das muitas lutas empreendidas pelas mulheres. Além disso, a análise do jornal *O Estado de São Paulo* revela como determinados papéis e imagens foram cristalizados como inerentes às mulheres e como a mídia corroborou para longevidade dessas representações.

Por fim, a presente investigação nos leva a questionar a atual representatividade feminina no espaço da política e como a conquista do espaço da mulher na vida pública e política ainda está em processo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores e pesquisadores envolvidos no projeto WASH e o CNPq pela oportunidade de realizar a pesquisa por meio do financiamento do projeto. Também agradecemos às mulheres que no passado empreenderam diferentes lutas e nos inspiram a continuar lutando por um mundo com maior igualdade e liberdade.

## REFERÊNCIAS

- AGENCIA SENADO. “Candidaturas Femininas crescem, mas representação ainda é baixa”. **Agencia Senado**. Brasília: 26/08/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/26/candidaturas-femininas-crescem-mas-representacao-ainda-e-baixa> acesso em 24/09/2022.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: **Estudos Avançados**, v. 5, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt> acesso em 24/09/2022.
- DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- CPDOC. “Verbete O Estado de São Paulo”. **Verbetes**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o> acesso em 25/09/2022.
- HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KARAWEJCZYK, Monica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850 – 1932)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo ‘pátrio’ de Leolinda Figueiredo Daltro”. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.
- LATTANZI, José Renato e FARIA, Fernando Antônio. “*O Estado de São Paulo*: um expoente da imprensa conservadora (1889-1929)”. In: **Anais XXVII do Simpósio Nacional de História ANPUH**. Natal, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364498807\\_ARQUIVO\\_EstadodeS.Paulo.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364498807_ARQUIVO_EstadodeS.Paulo.pdf) acesso em 25/09/2022.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA. “Painéis de dados das eleições”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica> acesso em 25/09/2022.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> acesso em 20/07/2022.
- RABELO, Ana Maria Prestes. “1922-2022: Cem anos de sufragismo feminino no Brasil”. In: **Revista Princípios**. N. 163, jan. abr., 2022.